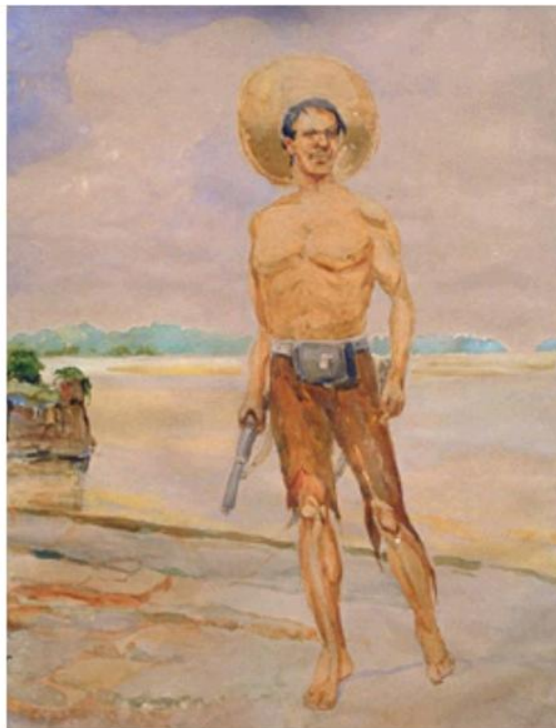


OS CABANOS. SUA REVOLUÇÃO

Por: João Clemente Baena Soares



RIO DE JANEIRO - RJ

2020

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a Professora Dalva

Marques Martins por sua colaboração na aquisição da bibliografia, compilação de dados, na digitação do texto e diagramação das gravuras.

AMAZÔNIA. OS CABANOS.

SUA REVOLUÇÃO.

Por: João Clemente Baena Soares

Início minha apresentação com palavras do Cônego, advogado e tribuno, mentor dos cabanos, Batista Campos. Criou ele para seu jornal "O Paraense" a seguinte epígrafe:

"De circunlóquios nada sei.

O caso conto como o caso foi.

Na minha frase de constante Lei.

O patife é patife, o boi é boi".

I

Em 1808, o Príncipe Regente resolveu ocupar a Guiana Francesa. Ano seguinte, um exército de 600 paraenses, indígenas, caboclos, mestiços, escravos libertos, cumpre a missão. Toma a Guiana. Outros muitos a eles se juntam, lá permanecem até 1817, data em que, como consequência dos ajustes do Congresso de Viena, o território foi restituído à França.

Os soldados partiram com armas para a luta, regressaram com armas e idéias para nova luta.

Naquela terra, os paraenses encontraram degredados, os “indesejáveis”, alguns líderes da Revolução Francesa e gente menor, subalternos, mas com visão nova das coisas o que interessou e espantou os soldados. A vida para eles não seria a mesma.

Os que sobreviveram e regressaram ao Grão-Pará juntaram-se aos conterrâneos das periferias urbanas e das margens dos rios. Continuaram excluídos, descontentes, infelizes.

Eram tempos de grandes inquietações e incertezas. As autoridades respondiam a Lisboa diretamente e os membros da elite se envolviam nos conflitos políticos da Metrópole.

Elegiam-se representantes às Cortes de Lisboa, conflitiva prática que levava a enfrentamentos armados.

Aparece então uma figura singular: Felix Patroni. Em sua juventude com ideias libertárias, que mais tarde renegou, funda com Batista Campos o Primeiro Jornal da Região “O Paraense”. Representa o Pará nas Cortes de Lisboa. Destaca-se por proferir violento discurso diante D. João VI em defesa dos interesses de seus eleitores.

Regressou a Belém e continuou sua pregação. Acabou preso, mandado de volta a Lisboa, classificado de “perigoso agente subversivo”. Desta vez não foi levado para o edifício das Cortes

O jornal que fundou manteve, de início, a linha pró-Reino, dentro do regime liberal de 1820, na metrópole. Pouco depois, mudou a orientação.

Passou para o outro lado, o da separação. Comandada por Batista Campos, a nova fase foi de ênfase nacionalista.

A imprensa teve papel preponderante nos acontecimentos pré e pós independência.

O Jornal "O Paraense" pouco durou, mas muito agitou. Houve outros unidos no mesmo objetivo e no mesmo destino: prisão dos redatores, empastelamento das máquinas e oficinas. Na sua falta, restava o recurso dos panfletos, distribuídos à população ou afixados em lugares mais frequentados. Dirigiam-se, como os jornais, é claro, à minoria alfabetizada, mas afetavam a vida de todos.

Uma figura a não esquecer na fase pré-cabanagem é a de Lavor Papagaio. Panfletário, agitador, conhecido como jornalista talentoso, veio do Ceará a convite de Batista Campos e fundou o Jornal "Sentinela Maranhense na Guarita do Pará". Tanto ofendeu o Governador de então, Lobo de Souza, e com tanto ardor arregimentou adeptos que foi perseguido, fugiu para a mata, continuou ativo. O primeiro Governo Cabano não o aproveitou. Por isso e outras razões mais, enfrentou sua oposição, prendeu-o e o despachou para o Maranhão. O cometa agitador não regressou ao Pará.

Ao lado da imprensa, o Clero constituiu fator decisivo nas desavenças políticas. Declarações, cartas pastorais, homilias, ações de rua, redação de documentos, de tudo e dos dois lados, com ênfase em favor dos cabanos. Um dos padres mais ativos foi Casemiro Pereira de Souza, autor de discurso e proclamações, conselheiro de Francisco Vinagre e Eduardo Angelim.

O Grão-Pará tinha mais de cem mil habitantes. Belém já era cosmopolita embora o idioma mais falado fosse a língua geral, depois apelidada de nheengatu.

Centro de intenso comércio, em triangulação com Maranhão e Lisboa principalmente. Porto de muita atividade, exportava cacau, drogas do sertão, couros de boi, castanha, madeira.

As vacas gordas viriam muito mais tarde, com a borracha. Agora, era aguentar no limite do possível.

O grito do Ipiranga não se ouvira no Norte. Era coisa das "Províncias do meio dia". Estávamos em 1823. Foi preciso haver intervenção estrangeira para que lá chegasse seu eco.

Um mercenário inglês John Greenfell, subordinado do Almirante Cochrane, ancorou seu brigue de guerra "O Maranhão" na Baía de Guajará e ameaçou bombardear Belém com uma esquadra, que depois se soube inexistente, se não houvesse adesão à independência. Houve. A 15 de agosto de 1823, o Grão-Pará assinou a Ata de Adesão, documento que agora integra o magnífico Arquivo Histórico do Estado do Pará, a que tive acesso.

Curiosamente em maio, do mesmo ano, o pequeno município Muaná, no Marajó, tornou-se o primeiro lugar no Norte em que se aceitou a Independência

A confusão apenas começava.

Elegeram-se uma Junta Provisória de Governo. Entre seus membros, o cônego Batista Campos e o proprietário agricultor Felix Clemente Malcher.

Nos começos do século XIX, o Grão-Pará, território da cabanagem, era governado por Juntas eleitas na região. Virou Província com a Independência e passou a obedecer a um Presidente nomeado pelo Governo Central.

Estão em campo o Partido Brasileiro, o Filantrópico, e o partido português, o Caramuru. Aquele deseja afastar todos os funcionários portugueses, de todos os escalões. Sem êxito. Parte então para a conspiração e desta para a tomada do Palácio. Batista Campos ocupa o poder. Demite os portugueses. Mas a multidão que o seguia não se dispersa. Insatisfeita, ataca, destrói, e saqueia comércios e residências de portugueses.

Batista Campos comete um erro, de consequências graves. Pede auxílio a Greenfell e este, sem se fazer de rogado, fuzila e arrebenta. Prende o próprio Batista Campos que acusa de ter insuflado a violência. Encerra 256 prisioneiros no porão do brigue "Palhaço", sem ar, sem água. Sobre eles manda despejar cal para completar o trabalho. Não há brancos entre os mortos.

Greenfell parte e leva os cofres públicos, bens de comerciantes, escravos. É a chamada carta de corso, como pagamento autorizado pelo Imperador sem recursos.

Motins em março e agosto de 1823 pela manutenção dos laços coloniais, em abril e maio do mesmo ano, pela independência.

Eram conflitos por toda a parte.

O clero, favorável na maioria aos cabanos, contra maçons (prevalentes na política), brasileiros contra portugueses (controladores do comércio e das finanças). Dizem alguns autores que o Grão-Pará a partir de 1823 e por toda a década seguinte era um baú de pólvora à espera de uma faísca.

Para complicar ainda mais a situação, em 1832 formou-se a Guarda Nacional e redesenhou-se a Província para efeitos judiciários, com a inquietação e o desagrado de muita gente, devido à criação de vilas e povoados, rebaixamento de alguns e extinção de outros.

A regência de Feijó, em sua miopia, em seu pouco entendimento da situação, contribuiu com decisões equivocadas ao indicar para a região autoridades de nacionalidade portuguesa, de nenhuma habilidade política.

Há registro de que o medíocre Feijó, em dezembro de 1835, afogado em rebeliões no norte e no sul, chegou a convocar os Embaixadores da França e da Inglaterra, lhes propôs que cada um de seus países reunisse força de 300 ou 400 homens, contingente igual ao que havia sido solicitado ao Embaixador de Portugal. Para qué? Para temporariamente ocupar áreas próximas a Belém. A "cooperação" se justificava "nos interesses gerais da humanidade e da civilização". Apenas não queria que o público soubesse. O assunto não foi adiante por que os Embaixadores, prudentes, lhe solicitaram formular o pedido por escrito.

A regência combatia rebeliões em todos os cantos, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás. Em Belém, contudo, o fenômeno teve aspectos próprios e imprevistos. O povo ocupou e exerceu o poder. E como chegou lá? Por uma revolução que teve inspiradores e líderes, mas que se realizou na força e ousadia dos cabanos. Configurou uma luta social, nisso distinta das rebeldias nordestinas. E dos movimentos separatistas do Sul. Provocou violenta reação das classes proprietárias rurais representadas na regência Feijó.

Quem eram? Os habitantes de palhoças, toscas cabanas (daí cabanos), indígenas, negros libertos ou fugidos, mamelucos, caboclos, brancos empobrecidos, todos aqueles que se sentiam excluídos, abandonados, ignorados, e nada tinham recebido de bom com a Independência.

Fizeram uma revolução que durou 5 anos, 1835 a 1840, vitimou 40.000 pessoas, contados os dois lados, no cálculo de vários autores.

Os líderes já se revelavam nos conflitos políticos pré-cabanagem. O primeiro deles não conseguiu ver a revolução. Era o cônego, paraense de Belém, João Batista Gonçalves de Campos. Homem de muito talento, limitada instrução, sabia mobilizar, organizar e inspirar. Lutou pela independência, não perdoava os reinóis. Chefe do Partido Filantrópico, o dos brasileiros, foi preso diversas vezes. Jamais deixou de ser nacionalista e oposicionista, não abandonou a luta política, quer na Junta de Governo, quer na imprensa. Perseguido, na sua última fuga internou-se pela mata. Morreu seis dias antes do primeiro ataque cabano a Belém. Causa da morte: gangrena em ferida mal curada. Enorme perda para o movimento.

Outro líder foi Felix Clemente Malcher, má escolha dos revolucionários. Agricultor, proprietário rural elegeu-se junto com Batista Campos para a Junta Provisória de Governo pós-independência. Soberbo, autoritário, porém nacionalista, favorecedor dos revolucionários, por eles levado ao posto de Primeiro Governador Cabano. Devido às suas atitudes políticas anteriores, fora perseguido pelos dirigentes portugueses, tivera sua fazenda destruída e, por tudo isso se credenciara para o Governo, posto que naturalmente teria cabido a Batista Campos.

Tanto fez, e em tão pouco tempo, que entrou em conflito com os chefes militares cabanos. Deixou-se envolver pelos oficiais dos navios da Marinha Imperial, surtos no porto, que desejavam cindir o movimento para jogar facção contra facção, o que de fato aconteceu com lutas nas ruas de Belém e Malcher refugiado em uma das embarcações. Cometeu seu maior erro ordenou o bombardeio de Belém, no comando do Tenente José Eduardo Wandenkolk, com resultado negativo para ele e reforço para a posição dos cabanos. Wandenkolk entregou Malcher aos cabanos. Fuzilado ao desembarcar.

Aclamou-se o segundo governante cabano, Francisco Pedro Vinagre, chefe militar. Francisco nasceu no interior. Era lavrador. Sem preparo, os problemas o superam. Mas soube conduzir-se com dignidade ao enfrentar situação de conflito com a França, criada no Governo anterior, quando cabanos invadiram o vice-consulado francês. A reação estrangeira foi despachar dois navios de guerra com exigências humilhantes de reparação. Vinagre resistiu. O episódio era anterior à sua gestão, não se sentia responsável. Manteve-se firme. Encerrou o assunto e os navios se retiraram.

Seu irmão Antônio, de mesma origem, era radical, bom chefe militar. Reagiu à entrega do Governo a um português enviado por Feijó, o Marechal

Manoel Jorge Rodrigues tendo como Comandante de Armas um mercenário inglês chamado John Taylor. Retirou-se de Belém para o interior, onde continuou a mobilizar os descontentes.

O terceiro Presidente cabano Eduardo Nogueira, apelidado Angelim, pela madeira forte e resistente, era cearense, de Aracati, e como seus conterrâneos de então e de agora, deixou a terra seca e emigrou para a terra encharcada. De certo preparo, era discípulo e admirador de Batista Campos. Jovem, como os demais líderes, tinha 21 anos na rebelião.

Entre suas atitudes mais relembáveis, está sua recusa em aceitar propostas de agentes ingleses e norte-americanos de auxílio militar para a separação do Grão-Pará, independente. Talvez por antever nova tutela estrangeira, manteve-se fiel ao lema cabano "liberdade dentro da legalidade". Ao cair, pagou exílio de 10 anos no Rio de Janeiro. Regressou para morrer no interior paraense.

Se assim posso classificá-los, eram os três chefes principais. Mas em um movimento de massa, existiam numerosos outros, de origem humilde semelhante, de ideias nativistas, e bons de combate, os irmãos Aranha, Geraldo Gavião, o Negro Patriota, Domingos Sapateiro, Manoel Paraense e, os outros três irmãos Vinagre.

III

No começo de 1835, observam-se movimentos estranhos em Belém. Pessoas desconhecidas, de trajes singulares, começavam a aglutinar-se em pontos estratégicos da capital. Na madrugada do dia 7, a revolução está na rua. Os cabanos são milhares, tomam o Palácio do Governo, os quartéis, o arsenal.

Matam o presidente da Província, Lobo de Souza e o Comandante de Armas. Atacam portugueses e maçons, comércios daqueles e sedes destes, com fuzis, mosquetões, canhões, espadas, facões, punhais e pedras. Não importa a arma, importa acabar com a opressão.

Que deseja essa gente? Antes de tudo, respeito, liberdade, cidadania, reconhecimento. A independência para eles significou apenas a mudança de metrópole, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Pouco ou nada os beneficiou. Contudo, são nativistas. Apenas uma reduzida minoria fala em separação e república.

Ao êxito da revolução não correspondia um projeto político estruturado. Os cabanos tinham o poder. Não sabiam governar. Vinagre, vitorioso, assumira o compromisso de passar o governo a quem a Regência mandasse como Presidente da Província. E este foi o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, português.

Houve aguda cisão entre os cabanos. Os mais intransigentes não aceitaram que Vinagre entregasse o posto. Foram superados pelos moderados e o Marechal tomou posse com pompa e Te Deum.

Não houve pacificação. O Marechal não dispunha de meios, de tropas para essa missão. Mesmo assim, prende Francisco Vinagre e muitos outros. Resultado: Antônio Vinagre, na mata, consegue reunir mais de 3.000 homens.

Em movimento semelhante, Eduardo Angelim recruta e faz proclamações violentas, às quais se juntam textos ameaçadores de Antônio Vinagre. Os cabanos se reagrupam. Já eram muitos milhares, vestidos como podiam, quase desnudos, descalços, enfrentando intempéries e solos agressivos.

14 de agosto. Prepara-se um novo ataque a Belém. Antônio Vinagre lê proclamação aos “paraenses, irmãos e companheiros d’armas”. Condena “dois estrangeiros, o primeiro que é Marechal chama-se Manoel Jorge Rodrigues e deixou o umbigo nas terras de Portugal, o segundo John Taylor nascido na Inglaterra, desertor da Marinha daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz o posto de Chefe de Esquadra!” Mais adiante diz Vinagre “queremos prisioneiros e não cadáveres”. E finaliza “viva a nação brasileira. Vivam os defensores da Pátria e da Liberdade. Guerra aos déspotas e tiranos. Viva o rico e o majestoso Pará!” Foi sua última proclamação. Ao combater pelo arsenal de guerra, é morto. Seu irmão Raimundo percebe a desorientação das forças atacantes, sem líder, e procura Eduardo Angelim a quem pede que assuma o comando. Foram lutas terríveis com mais de dez barcos de guerra portugueses e ingleses no bombardeio de Belém. Mesmo assim, ao final de 7 dias e 7 noites, o Marechal, seu governo, auxiliares e famílias abandonam a cidade, vencidos.

Quem governaria? Os cabanos, reunidos na praça fronteira ao Palácio, aclamam Eduardo Angelim que repetidas vezes se nega e indica outros nomes, de cônegos e políticos. Todavia, não se livra do encargo. E assim se inicia o terceiro Governo cabano, com o português deposto e seus seguidores, abrigados na ilha fluvial de Tatuoca, nas proximidades de Belém.

As primeiras tarefas de Angelim foram muito duras: combater a fome, epidemias e os cabanos extremistas. Contra a primeira criou uma padaria popular, contra as segundas, pouco pode fazer e contra os terceiros, enfrentou-os às custas de expandir incipiente sentimento de desânimo e desesperança.

Ocorre então o episódio do navio “Clio”, seu maior desafio. Navio mercante inglês, que carregava armas encomendadas pelos legalistas, parado na Barra de Salinas, no oceano, à espera de práctico para levá-lo ao porto.

Alguns cabanos da área sabem do fato, atacam e levam a carga. Em resposta, os ingleses mandam três navios de guerra à Baía de Guajará. O Comandante da frota em carta a Angelim enumera exigências de reparação: castigo dos responsáveis, indenização pela perda do navio, desagravo à bandeira inglesa. Angelim não fala inglês. Alguém o ajuda a entender os pedidos ou exigências. Responde que identificaria e puniria os culpados, qualquer indenização devida caberia ao Governo Central, rejeita o desagravo à bandeira inglesa por não admitir a humilhação de hastear a Bandeira Brasileira em todas as fortalezas abaixo da inglesa e não aceitar a homenagem requerida de saudação com 21 tiros de canhão.

Aproxima-se o epílogo. Angelim seria o último cabano no poder. Estamos em 1836, Feijó, na abertura do Parlamento, diz “Por bem ou por mal a cidade de Belém será arrancada às feras que a dominam”. O Governo Imperial decide nomear novo Presidente da Província, o Brigadeiro Francisco Soares de Andrea, português, tirano calejado de tarefas semelhantes em outras paragens, com a missão específica de “pacificar”.

Alguns autores citam relatos feitos por um Tenente José Leal, das tropas legalistas, segundo o qual a soldadesca trazida como exército por Andrea, além dos elementos regulares, incluía criminosos saídos das prisões do Rio, Bahia e Pernambuco, condenados de gravidade maior ou menor, e mesmo presos não sentenciados.

Com Andrea, vinham seis embarcações de guerra e barcos mercantes. Entre seus oficiais, estava o Tenente Francisco Barroso da Silva, Comandante de um brigue, que, mais tarde, Almirante, foi herói nacional. Também o Tenente Manoel Marques Lisboa, depois Marquês de Tamandaré.

Andrea enfrentou os cabanos e não conseguiu anulá-los.

A diferença de forças é altamente desfavorável, contudo, Angelim reconheceu a terrível situação. Em troca de correspondência com Andrea tentou organizar e proteger a inevitável retirada. Além do português Comandante da repressão, Angelim tinha de enfrentar seus próprios correligionários recalcitrantes. Valeu-se do Bispo Dom Romualdo Coelho que o havia auxiliado em outras ocasiões.

Reuniu-se com seus cabanos, na Praça da Sé e pediu a Dom Romualdo que os convencesse à retirada, com discurso entre político e religioso. Só assim conseguiu seu objetivo. Os cabanos deixaram Belém, o movimento não se extinguiu, porém.

Andrea dedicou-se à caça dos cabanos, ao seu extermínio e à captura de Angelim. Os legalistas pacificadores foram cruéis. Existe registro do uso de colares feitos com as orelhas dos inimigos, costume herdado dos tempos de colônia. Os cabanos não chegaram a tais extremos. Eram vistos como "gentalha, crápulas, massas brutas" nas palavras de Evaristo da Veiga que traduzem a opinião do Rio de Janeiro e outros centros sulinos. Não faziam revolução com champagne, mas não se dedicavam a crueldades como os legalistas. O General português se lançava atrás deles, numa caçada enfurecida, que foi genocida.

IV

Surge em nossa narrativa uma palavra estranha: Equipiranga. Ao redor de um forte primitivo, na margem sul do Amazonas, perto de Santarém, assentou-se um acampamento de rebeldes que se intitulavam Força dos Brasileiros Reunidos. Tiveram enorme relevância principalmente após a queda de Belém.

Seus líderes vieram dos quadros da Guarda-Nacional, para uns, traidores, para outros, patriotas em defesa da sua terra.

Sobressai Miguel Apolinário, o chefe Magarajuba, assim chamado por ser como a madeira empregada nas construções, duro, forte e firme. Liderava e fazia-se respeitar pelos subordinados. Dava-se politicamente bem com Angelim. Morreu no combate, em Manaus. Assumem outros o comando. Seu exército, porém, manteve-se coeso, continuava a identificar-se com uma cruz em seus chapéus de palha e suas poucas roupas pintadas com a fruta murici.

A revolução muda de figura. É no interior, como guerrilha, que os cabanos resistem. No meio da floresta e pelos igarapés, a resistência continua em deslocamentos permanentes de pequenos grupos. Destemidos, perdiam aqui e passavam para mais adiante sempre na luta, perseguidos pelas tropas obstinadas de Andrea.

Pelas águas, pelas matas, espalharam-se por toda a região, encostando nos países vizinhos.

Foi em Luséia, atual Maués, no Estado do Amazonas, que, em março de 1840, caiu o último cabano. Tinham morrido 30.000 e mandados ao desterro 1.000. A população do Grão-Pará era cerca de 120.000 no início da revolução, recorde. Isto quer dizer que projetada a proporção para a segunda guerra mundial significaria cerca de 60 a 70 milhões de mortos.

Veio depois a anistia por decisão imperial. Mas os principais líderes sobreviventes, sofreram um exílio de mais de 10 anos no Rio de Janeiro e Fernando de Noronha.

V

Que conseguiram os cabanos?

- Manter a Amazônia brasileira resistindo a conselhos, sugestões e propostas de separação, sob tutela estrangeira.

- Mostrar às sociedades do sul que o Norte existe e importa.

- Contrariar os versos parnasianos do poeta menor Duque Estrada e provar que o povo não está "deitado eternamente em berço esplêndido". Quando oprimido e agredido, levanta-se. E de pé defende esse mesmo berço esplêndido.

Autorizado pela Conselheira Mary del Priore, leio suas palavras que encontro no prefácio do livro "Os Senhores dos Rios":

Urge fazermos e valorizarmos a história local para não continuarmos estrangeiros ao nosso passado, esquecidos das nossas origens e obstinados pela vontade de sermos inovadores pela cópia e tradução de métodos estrangeiros. Mais de 500 anos depois, redescobrir o Brasil, não. Descobrir os Brasis, sim. E para começar fazendo-o nas canoas dos senhores dos rios".

Relevem-me imprecisões e omissões. Não sou historiador. Sou paraense. Nesta condição, narro-lhes fatos que, por seu vigor, marcaram o tempo, a floresta, as águas, as gentes, a vida da Amazônia.

Concluo como iniciei, com Batista Campos:

“Sem rei existe povo.

Sem povo não há nação”.

LIVROS DE APOIO

BAENA, ANTONIO LADISLAU MONTEIRO, **Compendio das Eras da Província do Pará**, Belém, Universidade Federal do Pará, Belém, 1975.

BAENA, ANTONIO LADISLAU MONTEIRO, **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**, Belém, 1839.

CRUZ, ERNESTO, **História do Pará**, Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 1963, 2 volumes.

FREITAS, DÉCIO, **A Miserável Revolução das Classes Infames**, Rio de Janeiro, Editora Record, 2005.

HARRIS, MARK, **Rebelião na Amazônia**, Campinas, Editora Unicamp, 2017.

PALHETA, AERCIO, **A Revolução dos Cabanos**, Belém, Editora Amazônia, 2009.

PAOLO, PASQUALE. DI, **Cabanagem, A Revolução Popular da Amazônia**, Belém, Cejupe, 1986.

PRIORE, MARY DEL, GOMES, FLÁVIO DOS SANTOS, ORGANIZADORES, **Os Senhores dos Rios**, Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2003.

PRIORE, MARY DEL, **Histórias da Gente Brasileira**, Volume 2, Império, Rio de Janeiro, Leya., 2016.

RAIOL, DOMINGOS. ANTONIO, **Motins Políticos**, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, 2 Volumes.

ROCQUE, CARLOS, **Cabanagem, Epopéia de um Povo**, Belém, Imprensa Oficial, 1984, 2 volumes.

SALLES, VICENTE, **Memorial da Cabanagem**, Belém, Cejupe, 1992.

SALLES, VICENTE, **O Negro no Pará**, Belém, FGV, Universidade Federal do Pará, 1971.

SOUZA, MÁRCIO, **História da Amazônia**, Rio de Janeiro, Editora Record, 2019.

TOCANTINS, LEANDRO, **Santa Maria do Belém do Grão Pará**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

IMAGENS FOTOGRAFICAS:

PIFFER, MARCOS, FURLAN, SUELI ANGELO, **Amazônia**, Petrolina, Pernambuco, Produtora Camarinha de Arte e Cultura, 2017.

ILUSTRAÇÕES:

Cabano paraense. Aquarela de Alfredo Norfini